

Regulamenta a concessão de diárias, cotas de traslado e fornecimento de transporte para viagens a serviço no âmbito do TCE-RJ.

Nova redação dada pela Resolução nº 322/18 (DORJ 06.08.18).

Redação original (DORJ 20.02.15)

Regulamenta a concessão de diárias e cotas de traslado aos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro pelo seu deslocamento temporário da sede e dá outras providências.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais,

RESOLVE:

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A concessão de diárias, cotas de traslado e fornecimento de transporte para viagens a serviço, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ, ficam regulamentados por esta Resolução.

Nova redação dada pela Resolução nº 322/18 (DORJ 06.08.18).

Redação original (DORJ 20.02.15)

Art. 1º As diárias destinam-se a indenizar o servidor das despesas extraordinárias de alimentação e pousada, quando, por exigência do serviço, seja necessário afastar-se da localidade que tem exercício, para outra, dentro ou fora do Estado.

§ 1º As diárias destinam-se a indenizar as despesas extraordinárias de alimentação e pousada, quando, por exigência do serviço, seja necessário afastar-se da localidade onde tem exercício, para outra dentro ou fora do Estado.

Acrescentado pela Resolução nº 322/18 (DORJ 06.08.18).

§ 2º Consideram-se cotas de traslado a compensação de despesas de deslocamento de ida e volta.

Acrescentado pela Resolução nº 322/18 (DORJ 06.08.18).

Art. 2º Para efeito desta Resolução considera-se:

Nova redação dada pela Resolução nº 322/18 (DORJ 06.08.18).

Redação original (DORJ 20.02.15)

Art. 2º Consideram-se cotas de traslado a compensação de despesas de deslocamentos de ida e volta.

I – servidor: a pessoa física com vínculo funcional com o TCE-RJ, estatutário, requisitado ou ocupante de cargo exclusivamente comissionado;

Acrescentado pela Resolução nº 322/18 (DORJ 06.08.18).

II – colaborador: a pessoa física sem vínculo funcional com o TCE-RJ, mas com vínculo à administração pública;

Acrescentado pela Resolução nº 322/18 (DORJ 06.08.18).

III – colaborador eventual: a pessoa física sem vínculo funcional com a administração pública.

Acrescentado pela Resolução nº 322/18 (DORJ 06.08.18).

Art. 3º As diárias e os traslados a que se refere o artigo 1º possuem natureza indenizatória, não incidindo sobre eles desconto a título de contribuição previdenciária e de imposto sobre a renda, tampouco gerando direito à incorporação.

Nova redação dada pela Resolução nº 322/18 (DORJ 06.08.18).

Redação original (DORJ 20.02.15)

Art. 3º As diárias e os traslados a que se referem os artigos 1º e 2º possuem natureza indenizatória, não incidindo sobre os mesmos desconto a título de contribuição previdenciária e de imposto sobre a renda, tampouco gerando direito à incorporação.

Art. 4º As despesas com diárias, traslado e fornecimento de passagens correrão à conta da dotação orçamentária própria do órgão.

Nova redação dada pela Resolução nº 322/18 (DORJ 06.08.18).

Redação original (DORJ 20.02.15)

Art. 4º As despesas com diárias e traslados correrão à conta da dotação orçamentária própria do órgão.

CAPITULO II

DO FORNECIMENTO DE TRANSPORTE PARA VIAGENS A SERVIÇO

Art. 5º O TCE-RJ fornecerá, por meios próprios ou mediante aquisição de passagens aéreas e rodoviárias, transporte aos servidores, colaboradores e colaboradores eventuais, que efetuem viagens a serviço ou de interesse do TCE-RJ.

Nova redação dada pela Resolução nº 322/18 (DORJ 06.08.18).

Redação original (DORJ 20.02.15)

Art. 5º O TCE-RJ fornecerá, por meios próprios ou mediante aquisição de passagens aéreas e rodoviárias, transporte aos servidores que efetuem viagens a serviço.

Parágrafo único. Não se admitirá o reembolso, a indenização ou a restituição a qualquer título de passagens que não tenham sido adquiridas nos moldes previstos no *caput* deste artigo.

Acrescentado pela Resolução nº 322/18 (DORJ 06.08.18).

Art. 6º As solicitações de passagens deverão observar a programação prévia realizada por este TCE-RJ, devendo ser efetuadas, preferencialmente, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis com relação à data da viagem.

Art. 7º A administração deverá optar sempre pela passagem da classe mais econômica disponível, cabendo ao dirigente do setor pertinente justificar a contratação quando for adquirida passagem em classe diversa.

Art. 8º As viagens aéreas nacionais ou internacionais deverão ser autorizadas pelo Senhor Presidente desta Corte de Contas.

Parágrafo único. É vedado o fornecimento de passagens para colaborador eventual quando estes estiverem prestando serviços remunerados ao TCE-RJ.

Acrescentado pela Resolução nº 322/18 (DORJ 06.08.18).

CAPITULO III

DAS DIÁRIAS

Art. 9º A indenização da diária de alimentação e pousada será apurada conforme as situações a seguir elencadas:

I - Nos deslocamentos a municípios cuja distância até a sede do TCE-RJ seja inferior a 100 (cem) km e o tempo de afastamento for superior a 8 (oito) horas, excluído o traslado residência-trabalho-residência, o servidor fará jus a diária de alimentação;

II - Nos deslocamentos a municípios cuja distância se situe entre 50 (cinquenta) km e 100 (cem) km da sede do TCE-RJ, por imperiosa necessidade do serviço, e devidamente motivado e autorizado pelo Secretário da Pasta ou equivalente, será deferido o pernoite com o pagamento de diária integral (alimentação e pousada);

III - Nos deslocamentos a municípios cuja distância seja superior a 100 (cem) km da sede do TCE-RJ, será autorizado o pernoite e pago o valor de diária integral (alimentação e pousada).

Art. 10. As distâncias calculadas entre a sede do TCE-RJ e os municípios do Estado do Rio de Janeiro são aquelas constantes do Anexo I.

Art. 11. Não se concederá diária:

I – Quando as despesas com alimentação e pousada estiverem asseguradas gratuitamente ou correrem por conta de terceiros;

II – Quando a chegada dos servidores à sede do TCE-RJ (ou à cidade de origem no caso de viagem interestadual ou internacional) se der em horário inferior às 12h00min;

III – A colaborador ou colaborador eventual que preste serviço remunerado ao TCE-RJ.

Acréscimo pela Resolução nº 322/18 (DORJ 06.08.18).

Parágrafo único. Somente serão concedidas diárias em feriados, sábados ou domingos em viagens intermunicipais, em caso de imperiosa necessidade do serviço, devidamente motivado e autorizado pelo Secretário da Pasta ou equivalente.

CAPÍTULO IV

DOS VALORES

Art. 12. Os valores base de diárias de alimentação e pousada, fixados no Anexo II, poderão ser escalonados conforme a atividade, o nível do cargo ocupado pelo beneficiário e o local para onde se dará o deslocamento.

Parágrafo único. Os valores fixados no Anexo II serão atualizados por ato próprio do Presidente.

Art.12-A. Os valores das diárias destinadas aos colaboradores e colaboradores eventuais serão fixados conforme o disposto no Anexo II.

Acréscimo pela Resolução nº 322/18 (DORJ 06.08.18).

CAPÍTULO V

DA SOLICITAÇÃO DA DIÁRIA

Art. 13. A solicitação de diárias, tratadas nesta Resolução, será efetuada através de Formulário de “Requerimento de Diárias” a ser disponibilizado na Intranet.

Parágrafo único. Para a observância do disposto no *caput*, o teor do requerimento deverá ser impresso, assinado pelo titular do órgão solicitante e pelo superior hierárquico, salvo no caso de pernoite quando será assinado pelo titular do órgão, motivado e autorizado pelo Secretário da Pasta.

CAPÍTULO VI

DO PAGAMENTO DA DIÁRIA

Art. 14. O pagamento das diárias poderá ser antecipado ao evento, exceto para colaborador e colaborador eventual que deverá ser realizado após a comprovação de sua participação.

Nova redação dada pela Resolução nº 322/18 (DORJ 06.08.18).

Redação original (DORJ 20.02.15)

Art. 14. O pagamento das diárias poderá ser antecipado ao evento;

Art. 15. O requerimento deverá ser efetuado com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data prevista para o deslocamento, devendo a Subsecretaria de Administração e Finanças - SSA avaliar a regularidade do requerimento e dar imediato início ao processo administrativo de pagamento.

Parágrafo único. A inobservância do prazo disposto no *caput* impedirá o pagamento antecipado das diárias, o que somente ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a data do requerimento.

CAPÍTULO VII

DA COMPROVAÇÃO DA DIÁRIA

Art. 16. O órgão solicitante terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do término da viagem, para realizar a juntada de documentos necessários à comprovação da mesma (Modelos 1 e 2 a serem disponibilizados pela Intranet).

Parágrafo único. Após a análise dos documentos apresentados e verificada a percepção de diárias indevidas, a SSA dará início ao processo de devolução do valor pago indevidamente.

CAPÍTULO VIII

DO TRASLADO

Art. 17. Sem prejuízo do disposto no Art. 5º, serão concedidas cotas de traslado aos servidores quando em viagem intermunicipal, interestadual ou internacional a serviço, para atendimento às despesas decorrentes dos seguintes casos:

I - Deslocamento de ida – da residência ou trabalho para o aeroporto/rodoviária e do aeroporto/rodoviária para hotel ou evento;

II - Deslocamento de volta – do evento ou hotel para o aeroporto/rodoviária e do aeroporto/rodoviária para a residência ou trabalho;

III - Deslocamento diário – do hotel para o evento e do evento para o hotel, no caso do TCE-RJ ou do responsável pelo evento não oferecer transporte próprio.

Parágrafo único. Nas viagens intermunicipais, quando for necessário o pernoite no município de destino, tendo em vista a necessidade de bagagens, serão pagas cotas de traslado de ida e volta entre a residência e a sede do TCE-RJ.

Art. 18. O valor da cota de traslado das viagens intermunicipais, fixado no Anexo II, será atualizado por ato próprio pelo Presidente.

Art. 19. Não haverá pagamento de traslado:

I – Quando as despesas de deslocamentos ocorrerem por conta de terceiros;

II – Na ausência de apresentação dos recibos originais de deslocamentos quando em viagens intermunicipais, interestaduais e internacionais;

III – Se a missão ou o evento acontecer no mesmo local da hospedagem;

IV – Aos colaboradores ou colaboradores eventuais que prestem serviços remunerados ao TCE-RJ.

Acrescentado pela Resolução nº 322/18 (DORJ 06.08.18).

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. Na viagem intermunicipal, a contagem do período de afastamento se inicia a partir do embarque do servidor no meio de transporte na sede do TCE-RJ e finda por ocasião de seu desembarque na mesma.

Art. 21. Na viagem interestadual, o período de afastamento se inicia no dia do início da viagem e finda 2 (duas) horas depois do momento que ele desembarca da aeronave, no retorno à cidade de origem.

Art. 22. Na viagem internacional o período de afastamento se inicia no dia do início da viagem e finda 3 (três) horas depois do momento que ele desembarca da aeronave, no retorno à cidade de origem.

Art. 23. Na viagem interestadual e internacional deverão ser apresentados, na comprovação, os cartões de embarque originais das passagens recebidos e na viagem intermunicipal, interestadual e internacional, os comprovantes de deslocamentos originais e legíveis, devidamente preenchidos ou identificados com data, nome do beneficiário, descrição do percurso e valor pago.

Nova redação dada pela Resolução nº 322/18 (DORJ 06.08.18).

Redação original (DORJ 20.02.15)

Art. 23. Na viagem interestadual e internacional o servidor deverá apresentar, na comprovação, os cartões de embarque originais das passagens recebidas e na viagem intermunicipal, interestadual e internacional os comprovantes de deslocamentos originais e legíveis, devidamente preenchidos ou identificados com data, nome do servidor, descrição do percurso e valor pago.

Art. 24. Caso o servidor retorne da viagem em prazo inferior ao previsto inicialmente ou não viaje por motivo de força maior, deverá imediatamente comunicar o fato por escrito à Subsecretaria de Administração e Finanças - SSA e ressarcir o excedente ou total das diárias já percebidas.

Art. 25. Sendo cancelada a viagem a serviço, o setor solicitante de diárias deverá imediatamente comunicar o fato à Subsecretaria de Administração e Finanças - SSA, por escrito, devendo ser ressarcidos os valores recebidos a título de diárias, se for o caso.

Nova redação dada pela Resolução nº 322/18 (DORJ 06.08.18).

Redação original (DORJ 20.02.15)

Art. 25. Sendo cancelada a viagem a serviço, o setor solicitante de diárias deverá imediatamente comunicar o fato à Subsecretaria de Administração e Finanças - SSA, por escrito, e o servidor deverá ressarcir os valores recebidos a título de diárias, se for o caso.

Art. 26. Verificada a falsidade das informações ou dos documentos comprobatórios apresentados, o descumprimento do prazo de comprovação e/ou do ressarcimento dos valores indevidamente percebidos, o beneficiário estará sujeito às sanções que no caso couberem, apuradas em regular processo administrativo disciplinar, assegurada a ampla defesa.

Parágrafo único. Comprovada a má-fé, estará sujeito às sanções aplicáveis o beneficiário de diárias que promover simulação de sua participação em evento com vistas ao recebimento antecipado de diárias estimadas.

Nova redação dada pela Resolução nº 322/18 (DORJ 06.08.18).

Redação original (DORJ 20.02.15)

Parágrafo único. Comprovada a má-fé, estará sujeito às sanções aplicáveis, o servidor beneficiário de diárias que promover a simulação de sua participação em evento com vistas ao recebimento antecipado de diárias estimadas.

Art. 27. Será da responsabilidade do dirigente de cada setor a fiscalização da aplicação correta das normas desta Resolução na concessão de passagens, diárias e traslados.

Art. 28. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se todas as disposições em contrário, em especial a Resolução TCE-RJ N° 283, de 15 de abril de 2014.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2015.

JONAS LOPES DE CARVALHO JUNIOR
Presidente

NOTA

- Publicado no DORJ de 20.02.15

ANEXO I

Tabela de distâncias entre a sede do TCE-RJ e os Municípios jurisdicionados

MUNICÍPIO	DISTÂNCIA (KM)
Angra dos Reis	159
Aperibé	269
Araruama	122
Areal	118
Armação de Búzios	182
Arraial do Cabo	170
Barra do Piraí	127
Barra Mansa	128
Belford Roxo	35
Bom Jardim	166
Bom Jesus do Itabapoana	338
Cabo Frio	156
Cachoeiras de Macacu	103
Cambuci	289
Campos	284
Cantagalo	196
Carapebus	196
Cardoso Moreira	216
Carmo	186
Casimiro de Abreu	133
Comendador Levi Gasparian	145
Conceição de Macabu	225
Cordeiro	189
Duas Barras	188
Duque de Caxias	21
Eng. Paulo de Frontim	95
Guapimirim	82
Iguaba Grande	128
Itaboraí	50
Itaguaí	69
Italva	346
Itaocara	262
Itaperuna	344
Itatiaia	183
Japeri	78
Laje do Muriaé	331
Macaé	187
Macuco	202
Magé	62

MUNICÍPIO	DISTÂNCIA (KM)
Mangaratiba	102
Maricá	60
Mendes	104
Mesquita	38
Miguel Pereira	120
Miracema	300
Natividade	397
Nilópolis	42
Niterói	19
Nova Friburgo	136
Nova Iguaçu	39
Paracambi	83
Paraíba do Sul	154
Paraty	255
Paty do Alferes	124
Petrópolis	67
Pinheiral	121
Piraí	103
Porciúncula	410
Porto Real	159
Quatis	171
Queimados	53
Quissamã	242
Resende	339
Rio Bonito	81
Rio Claro	131
Rio das Flores	181
Rio das Ostras	175
Santa Maria Madalena	238
Santo Antônio de Pádua	285
São Fidélis	285
São Francisco do Itabapoana	335
São Gonçalo	30
São João da Barra	324
São João de Meriti	30
São José de Ubá	326
São José do Vale do Rio Preto	140
São Pedro da Aldeia	145
São Sebastião do Alto	223
Sapucaia	165

MUNICÍPIO	DISTÂNCIA (KM)
Saquarema	119
Seropédica	71
Silva Jardim	113
Sumidouro	179
Tanguá	69
Teresópolis	96
Trajano de Moraes	225
Três Rios	137
Valença	160
Varre-Sai	419
Vassouras	119
Volta Redonda	124

ANEXO II

Tabela dos valores das diárias

R\$

INTERMUNICIPAL		
Pousada	Alimentação	TOTAL
250,00	85,00	335,00

R\$

INTERESTADUAL		
Pousada	Alimentação	TOTAL
300,00	120,00	420,00

R\$

COTA DE TRASLADO
50,00